# EDITAL DE ABERTURA DE PROCESSO DE ESCOLHA SUPLEMENTAR E EMERGENCIAL DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR, NA FORMA DE ELEIÇÃO INDIRETA

**Edital n. 002/2023 CMDCA**

Abre inscrições para o processo de escolha suplementar e emergencial dos membros do Conselho Tutelar de Timbo Gradne/SC, na forma de eleição indireta, com vistas ao cumprimento do mandato vigente **2020/2024**.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Timbo Grande nouso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO a renúncia de membros Conselheiros Titulares do Conselho Tutelar e a ausência de suplentes interessados em suprir as vagas.

CONSIDERANDO a necessidade de preenchimento de vagas suplementar imediatas para a função pública de membro Conselheiro do Conselho Tutelar do Município de Timbó grande, com vistas ao cumprimento do mandato vigente 2020/2024; CONSIDERANDO o tempo exíguo para completar o processo de tal sorte que não haja rompimento de continuidade do atendimento do Conselho Tutelar à população; CONSIDERANDO o disposto no art. 132 e 139 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), na Resolução Conanda n. 231/2022 e na Lei Municipal n. 2.253/2023, notadamente o seu artigo 30, parágrafo 10.

ABRE as inscrições para a escolha suplementar e emergencial dos membros do Conselho Tutelar de Timbo Grande /SC, na forma de eleição indireta, com vistas ao cumprimento do mandato vigente 2020/2024, conforme o presente edital.

# DO CARGO, DAS VAGAS E DA REMUNERAÇÃO

Ficam abertas 2 (duas) vagas para a função pública de membro do Conselho Tutelar do Município de Timbo Grande, para cumprimento do mandato vigente 2020/2024, que se encerra em 09 (nove) de janeiro de 2024, em conformidade com o art. 139, §2º, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

O membro do Conselho Tutelar é detentor de mandato eletivo, não incluído na categoria de servidor público em sentido estrito, não gerando vínculo empregatício com o Poder Público Municipal, seja de natureza estatutária ou celetista.

O exercício efetivo da função de membro do Conselho Tutelar constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

**1.2.3** Aplica-se aos membros do Conselho Tutelar, no que couber, o regime disciplinar

correlato ao funcionalismo público municipal, inclusive no que diz respeito à competência para processar ou julgar o feito, e, na sua falta ou omissão, o disposto na Lei Federal nº 8.112/1990.

Os 2 (dois) candidatos escolhidos por meio de processo de escolha indireto, em conformidade com o disposto neste edital, assumirão o cargo de membro titular do Conselho Tutelar.

Todos os demais candidatos habilitados serão considerados suplentes, seguindo a ordem decrescente de votação.

A vaga, o vencimento mensal e a cara horária são apresentados na tabela a seguir:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Cargo** | **Vagas** | **Carga Horária** | **Vencimentos** |
| Membro do Conselho Tutelar | 02 | 40h | R$1.533,66 |

O horário de expediente do membro do Conselho Tutelar é das 8:00 às12:00 e das 13:00h às 17:00h.

Todos os membros do Conselho Tutelar ficam sujeitos a períodos de sobreaviso, inclusive nos fins de semana e feriados, conforme dispõe a Lei Municipal n. 2.169/2019, altereda em 21 de março de 2023.

A jornada extraordinária do membro do Conselho Tutelar, em sobreaviso, compensada, conforme dispõe a Lei Municipal n 2169/2019, altereda em 21 de março de 2023.

As especificações relacionadas ao vencimento, aos direitos sociais e aos deveres do cargo de membro do Conselho Tutelar serão aplicadas de acordo com a Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Resolução n. 231/2022 do Conanda, e a Lei Municipal n. 2169/2019, altereda em 21 de março de 2023.

Os servidores públicos, quando eleitos para o cargo de membro do Conselho Tutelar e no exercício da função, sendo-lhes assegurados todos so direitos e vantagens de seu cargo efetivo, enquando perdurar o mandato, exeto para fins de promoçao por merecimento. que consta da Lei Municipal 2.169/2019, alterada em 21 de março de 2023.

# DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES

O processo de escolha suplementar ocorrera em consonância, no que couber na lei 2169/2019, altereda em 21 de março de 2023. com o disposto na Lei Federal n.

8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), na Resolução n. 231/2022 do Conanda e na Lei Municipal n. 2169/2019, altereda em 21 de março de 2023.

O processo de escolha suplementar dos membros do Conselho Tutelar seguirá as etapas abaixo:

1. Inscrição para registro das candidaturas;
2. Capacitação e aplicação de prova de conhecimentos específicos de caráter eliminatório;
3. Votação direta e secreta pelo CMDCA.

# DOS REQUISITOS À CANDIDATURA E DA DOCUMENTAÇÃO

Somente poderão concorrer ao cargo de membro do Conselho Tutelar os candidatos que preencherem os requisitos para candidatura fixados na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e na Lei Municipal n. 2169/2019, altereda em 21 de março de 2023.

* 1. Reconhecida idoneidade moral;
  2. Idade superior a 21 (vinte e um) anos;
  3. Residência no Município;
  4. Não ter sido suspenso ou destituído do cargo de membro do Conselho Tutelar em mandato anterior, por decisão administrativa ou judicial;
  5. Não incidir nas hipóteses do art. 1o, inc. I, da Lei Complementar Federal n. 64/1990 (Lei de Inelegibilidade);
  6. Não ser membro, desde o momento da publicação deste Edital, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

1 Os requisitos devem ser exatamente aqueles previstos na Lei Municipal, pois o edital não pode criar novas condições para acesso ao cargo

* 1. Não possuir os impedimentos previstos no art. 140 e parágrafo único da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).
  2. Conclusão do ensino superior ou ensino medio desde que nesse caso esteja cursando no minimo segundo semewstre do enciso superior em qualquer curso de graduaçao.
  3. Comprovaçao atraves de certificado conclusao de curso sobre o direito da criançae do adolescente sobre o sitema de garantia de direitos das crianças e dos adolescentes.

Deverão ser apresentados, por ocasião da inscrição, os seguintes documentos:

* + 1. Certidão de Nascimento ou Casamento atualizada;
    2. Comprovante de residência dos três meses anteriores à publicação deste Edital;
    3. Certificado de quitação eleitoral;2
    4. Certidão de antecedentes cíveis e criminais da Justiça Estadual;3
    5. Certidão de antecedentes criminais da Justiça Eleitoral;4
    6. Certidão de antecedentes cíveis e criminais da Justiça Federal;5
    7. Certidão de antecedentes criminais da Justiça Militar da União;6
    8. Diploma ou Certificado de Conclusão do Ensino Superior ou atestado de matrícula expedido por Universidade, que comprove que o candidato (caso nao tenha concluido ensini superior) , esteja cursando curso de graduaçao

# DOS IMPEDIMENTOS PARA EXERCER O MANDATO

**4.1** São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homoafetiva, sogro e genro ou nora, cunhados, durante o cunhadio, padrasto ou madrasta e enteado ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

**4.1.2** Estendem-se em impédimento ao membro do Conselho Tutelar em ralaçao a autoridade judiciaria e ao representando do Ministerio Publico, com atuaçao na Justiça da infancia e da Juventude da mesma comarca.

# DAS INSCRIÇÕES

As inscrições ficarão abertas do dia 05 (cinco ) de junho a 12 (doze) de junho de 2023, em horário de atendimento ao público das 8:30 às 11:30 e 13:30 às 17:00, no Centro de Convivencia (SCFV) Rua Sao Pedro , centro, CPE: 89545-000 e devem ser realizadas pessoalmente pelo candidato ou por procurador com poderes específicos, não

sendo admitidas inscrições por e-mail ou outra forma digital.

Nenhuma inscrição será admitida fora do período determinado neste Edital.

As candidaturas serão registradas individualmente e numeradas de acordo com a ordem de inscrição.

No ato da inscrição, os candidatos deverão apresentar ficha de inscrição para registro da candidatura, além dos documentos previstos no item 3 (três) deste edital.

Na hipótese de inscrição por procuração, deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica e fotocópia de documento de identidade do procurador.

A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, da Resolução n. 231/2022 do Conanda e na Lei Municipal n. 2169/2012 com 2169/2019, altereda em 21 de março de 2023. Bem como das decisoes que possam ser tomadas pela Comissao Especial eleitoral e CMDCA.

2 Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>>.

3 Disponível na página eletrônica do Poder Judiciário do Estado.

4 Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-crimes-eleitorais>>.

5 Disponível em: <<http://www.cjf.jus.br/servicos/cidadao/certidao-negativa>>.

6 Disponível em: <https://[www.stm.jus.br/servicos-stm/certidao-negativa](http://www.stm.jus.br/servicos-stm/certidao-negativa)>

O deferimento da inscrição dar-se-á mediante o correto preenchimento da ficha de inscrição e a apresentação da documentação exigida no item 3 (três) deste Edital.

A inscrição será gratuita.

É de exclusiva responsabilidade do candidato ou de seu representante legal o correto preenchimento do requerimento de inscrição e a entrega da documentação exigida.

# DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DAS CANDIDATURAS

As informações prestadas na ficha de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato ou de seu procurador.

O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscriçãoacarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos.

A Comissão Especial tem o direito de excluir do processo de escolha o candidato que não preencher o respectivo documento de forma completa e correta, bem como de fornecer dados inverídicos ou falsos.

A Comissão Especial tem o direito de, em decisão fundamentada, indeferir as inscrições de candidatos que não cumpram os requisitos mínimos estabelecidos neste Edital, na Lei Municipal n. 2169/2019, altereda em 21 de março de 2023.

e na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

A relação de inscrições realizadas será publicada, pela Comissão Especial do processo de escolha, no dia 14 de (junho) de 2023, nos locais oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica, encaminhando-se cópia ao Ministério Público.

Publicada a lista dos inscritos, qualquer cidadão poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, no período de 2 (dois) dias, de 15/06/2023 a 16/06/2023. no horário de atendimento ao público, noa Rua Sao Pedro , centro, CPE: 89545-000 Havendo impugnação, a Comissão Especial notificará os candidatos impugnados, concedendo-lhes prazo de 2 (dois) dias para defesa, e realizará reunião para decidir acerca do pedido, podendo, se necessário, ouvir testemunhas, determinar a juntada de documentos e realizar outras diligências, no prazo máximo de 2 (dois) dias.

Independentemente de ter havido impugnação, ultrapassada a etapa do item 6.7, a Comissão Especial analisará individualmente o pedido de registro das candidaturas e publicará, até o dia 17/06/2023, a relação dos candidatos inscritos, deferidos e indeferidos, nos locais oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica.

Das decisões da Comissão Especial, os candidatos ou os impugnantes poderão interpor

recurso, de forma escrita e fundamentada, dirigido ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 1 (um) dia, no horário de atendimento ao público, no Centro de Convivencia (SCFV) Rua Sao Pedro , centro, CPE: 89545-000 Havendo recurso, a Plenária do CMDCA se reunirá em caráter extraordinário para julgamento no prazo de 1 (um) dia, notificando os interessados acerca da data definida, publicando posteriormente extrato de sua decisão.

Finalizada a etapa recursal, será publicada a lista de todos os candidatos cujas inscrições foram deferidas e indeferidas, o que deverá ocorrer até dia 19 de junho de 2023, nos locais oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica, encaminhando-se cópia ao Ministério Público.

No dia 20 de junho de 2023, será realizada a capacitação dos candidatos considerados aptos. E tambem será realizada a prova de conhecimentos sobre o Direito da Criança e do Adolescente, sobre o Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes, língua portuguesa e sobre informática básica

as 17hs no local Centro de Referencia de Assitencia Social – CRAS , avenida Antonio Furtado Centro . Cep: 89545-000.

A divulgação das notas ocorrerá até o dia 24/06/2023, nos locais oficiais depublicação do Município, inclusive em sua página eletrônica, sendo possível a interposição de recurso pelos candidatos, no horário de atendimento ao público, na Prefeitura Municpal de Timbo Grande Avenida Jose Arcelino e CRAS – Centro de Referencia de Assitência Social , no prazo de 2 (dois) dias, no período de 26 a 29 de maio de 2023.

Os recursos relativos à prova de conhecimento serão apreciados pela Comissão Especial, que deverá publicar decisão até o dia 27/06/2023, publicando-se, em seguida, a lista final dos candidatos habilitados, com cópia ao Ministério Público.

Os candidatos habilitados receberão um número de inscrição composto por, no mínimo, 2 (dois) dígitos, distribuído em ordem alfabética, pelo qual se identificarão como candidatos.

Finalizadas todas as etapas, será publicada a lista final dos candidatos habilitados, o que deverá ocorrer no periodo matutino do dia 30 (trinta) de junho de 2023, nos locais oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica, encaminhando- se cópia ao Ministério Público.

# DA ELEIÇÃO INDIRETA E APURAÇÃO

A Comissão Especial Eleitoral será a responsável por realizar o processo de escolha indireta, através de eleição pelos membros titulares do CMDCA.

**7.2.** Os membros titulares do CMDCA terão direito a voto secreto no candidato que considerarem mais habilitado para o desempenho da função.

O membro titular do CMDCA votará uma única vez, em um único candidato.

A escolha será realizada no dia 30 de junho de 2023, a partir das 13 h30min, na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CRAS ) .

Os dois candidatos mais votados assumirão o cargo de membro titular do Conselho Tutelar.

Todos os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

No caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato com melhor nota na prova de avaliação; persistindo o empate, será considerado eleito o candidato com mais idade.

# DA PROCLAMAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE DOS ELEITOS

O resultado da eleição será publicado no dia 03/07/2023, em edital publicado nos espaços oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica, bem como afixado em mural do Município e do CMDCA, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.

Os candidatos eleitos serão nomeados e empossados pelo(a) Prefeito(a) Municipal.

A posse dos dois primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será em 05/07/2023.

Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos.

Os candidatos eleitos deverão participar de uma capacitação promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo os suplentes também convidados a participar.

# DO CALENDÁRIO

Calendário simplificado da inscrição para o processo de escolha suplementar e emergencial dos membros do Conselho Tutelar de Timbo Grande /SC, na forma deeleição indireta, com vistas ao cumprimento do mandato vigente 2020/2024

|  |  |
| --- | --- |
| **Data** | **Etapa** |
| 05/06/2023 | Publicação do Edital |
| 05/06/2023  12/06/2023 | Prazo para registro das candidaturas |
| 14/07/2023 | Publicação, pela Comissão Especial do processo de escolha, da lista dos candidatos inscritos e abertura do prazo de 2 (dois) dias para impugnação das candidaturas junto à Comissão |

|  |  |
| --- | --- |
|  | Especial, pela população em geral |
| 15/06/2023  16/06/2023 | Havendo impugnação, a Comissão Especial notificará os candidatos impugnados, com abertura do prazo de 2 dias para defesa. |
| 17/06/2023 | Análise do pedido de registro das candidaturas, independentemente de impugnação, e publicação da relação dos candidatos inscritos, deferidos e indeferidos, pela Comissão  Especial |
| 1/06/2023 | Prazo para interposição de recurso à Plenária do CMDCA  acerca das decisões da Comissão Especial |
| 19/06/2023 | Julgamento, pelo CMDCA, dos recursos interpostos, com  publicação acerca do resultado |
| 19/06/2023 | Publicação, pelo CMDCA, de relação final das inscrições deferidas e indeferidas após o julgamento dos recursos pelo CMDCA |
| 20/06/2023 | Capacitação dos candidatos para a prova de conhecimentos |
| 20/06/2023 | Aplicação da prova |
| 24/06/2023 | Publicação dos resultados da prova e abertura do prazo de 2  (dois) dias para recurso dos candidatos |
| 30/06//2023 | Publicação do resultado final da prova pela Comissão Especial,  bem como da lista final dos candidatos habilitados |
| 30/06/2023 | Eleição indireta |
| 03/06/2023 | Publicação do resultado da apuração |
| 05/06/2023 | Posse |

Fica facultada à Comissão Especial e ao Conselho Municipal dos Direitos daCriança e do Adolescente promover alterações do calendário proposto neste Edital, que deverá ser amplamente divulgado e sem prejuízo ao processo.

# DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As atribuições do cargo de membro do Conselho Tutelar são as constantes na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), na Resolução n. 231/2022 do Conanda e na Lei Municipal n. 2.253/2023, sem prejuízo das demais leis afetas.

O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste Edital.

A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este Edital.

Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Especial do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante Ministério Público.

O candidato deverá manter atualizado seu endereço (físico e de e-mail) e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

É responsabilidade do candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.

O membro do Conselho Tutelar eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.

Fica eleito a Vara da Infância e Juventude do Foro da Comarca de Caçador para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Thaise Saidel Souza Presidente do CMDCA